

Dos Primeiros Contactos Luso–Chineses à Presença Portuguesa em Macau

AURELIANO BARATA*

RESUMO: Neste artigo proponho traçar um roteiro histórico que vai da conquista de Malaca aos primeiros tempos da presença permanente portuguesa em Macau.

A conquista de Malaca em 1511 abriu aos portugueses as rotas do Sudeste asiático, proporcionando os primeiros contactos com os chineses. Utilizando fontes ocidentais e chinesas narro o percurso dos mercadores portugueses nas costas da China, e, com base na tese de Rute Saraiva, tento mostrar como foi possível o acordo luso–chinês de Leonel de Sousa, de 1554, que possibilitou a presença permanente dos portugueses em Macau, em 1557.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal; China; Portugueses; Chineses; Cantão.

INTRODUÇÃO

A conquista de Malaca em 1511, por Afonso de Albuquerque, abriu aos portugueses as rotas do Sudeste asiático e possibilitou os primeiros contactos luso–chineses. D. Manuel I encarregou Diogo Lopes de Sequeira de obter informações detalhadas sobre a China. Seria, no entanto, o feitor de Malaca, Rui de Araújo, que Sequeira deixara nessa praça, que as obteve em 1510, enviando-as para Cochim.

Foi a partir de Malaca que Jorge Álvares ao serviço da coroa portuguesa alcançou Tamão (Ilha de Lintin), na região de Cantão. Seguiu-se o italiano Rafael Perestrelo, em 1515, que regressou com produtos chineses valiosos, encorajando D. Manuel I a enviar a primeira embaixada à China, que fracassou.

Com recurso a fontes ocidentais e chinesas traço o percurso dos mercadores portugueses nas costas da China, num comércio privado e ilegal, que interessava também às autoridades de Guangdong. Com base na tese de Rute Saraiva mostro como foi possível o acordo luso–chinês de Leonel de Sousa, de 1554, que possibilitou a presença permanente dos portugueses em Macau, em 1557. A carta de Fernão Mendes Pinto ao Reitor do Colégio de Goa, escrita de Macau, em 1555, e, sobretudo, a do Padre Gregorio Gonzalez ao embaixador espanhol em Lisboa, cerca de 1570, revela-nos a sua presença (e a dos outros portugueses) em Macau, desde 1553, permitida pelas autoridades de Cantão, primeiro, temporariamente, depois, de forma permanente.

* Aureliano Barata é licenciado em História pela Universidade do Porto e mestre em Língua Portuguesa pela Universidade de Macau. É autor do livro *O Ensino em Macau: 1572-1979*.

*Aureliano Barata holds a bachelor's degree in History from the University of Porto and a master's degree in Portuguese from the University of Macau. He is the author of the book *O Ensino em Macau: 1572-1979*.*

A CHEGADA DOS PORTUGUESES AO ÍNDICO

Quando Vasco da Gama chegou a Calecute, na Índia, em 1498, entrou num mundo novo, retratado magistralmente por Geneviève Bouchon:

Entrando nas águas do Oceano Índico, os Portugueses irromperam num mundo marítimo organizado desde há séculos, e no meio de um tráfego desenvolvido num espaço imenso, perfeitamente dominado por sociedades mercantis fortemente estruturadas.

[...] Tornava-se evidente que o Oceano Índico era para Vasco da Gama e para os decisores portugueses na Europa e no Oriente, não o mar a descobrir ou a construir, mas um mar e espaço concorrencial a dominar.¹

Desde a chegada de Gama à Índia, que D. Manuel I mostrou interesse em obter informações detalhadas sobre a China. Pelo *Regimento de Almeirim*, de 13 de Fevereiro de 1508, o monarca luso ordenou a Diogo Lopes de Sequeira que as obtivesse. Sequeira chegou a Malaca, em 1509, mas nada conseguiu. Seria o feitor desta praça, Rui de Araújo, que, a 6 de Fevereiro de 1510, fez chegar a notícia a Cochim, de que:

Os Chyns [...] vem em Abryl e partem daqui para sua terra em Mayo [...] e detem-se no caminho xx e xxx dias a ida e outros tantos aa [à] vynda [e] trazem [...] almisqueer e damascos cetins baixos colijam canfora e algum ruybarbo e aljofare [...] muito fina pedra hume, que vem cad'ano oyto [a] dez juncos e levam pera sua terra muita pimenta e algum cravo.²

A CONQUISTA DE MALACA E OS PRIMEIROS CONTACTOS LUSO-CHINESES

Os primeiros contactos luso-chineses fizeram-se em 1509, em Malaca. Afonso de Albuquerque,

percebendo a importância desta praça, tomou-a em 1511, causando a desorganização da rede mercantil da região, que se dispersou por diversos portos,³ mas permitindo aos portugueses intrometerem-se na rede de comércio regional que, há séculos, ligava a Insulíndia ao Sul da China.⁴

Quando na monção de 1513 os juncos chineses voltaram a Malaca, restabeleceram-se os contactos luso-chineses. Isso possibilitou aos portugueses frequentarem a rota comercial Malaca-China, levando pimenta malaia, em troca de porcelanas e sedas de Cantão. Quando os juncos do rico mercador cantonense Cheilata (Xu Lada) regressaram ao litoral de Cantão, levou consigo Jorge Álvares, feitor e escrivão de um junco com pimenta, carregado a meias entre a fazenda portuguesa e o rico mercador Tamul Nina Chatu. Seria o primeiro português a ir à China, aportando à Ilha de Tamão, em Junho de 1513 (Fig. 1),⁵ onde deixou um padrão com as armas de Portugal.⁶

Tentou obter informações sobre a localização geográfica da China e os seus mais importantes centros de comércio marítimo.⁷ No regresso a Malaca, Jorge Álvares trouxe notícias e mercadorias, o que incentivou os portugueses a regressarem ao Sul da China. Em 1516, o italiano Rafael Perestrelo foi incumbido pelo Governador de Malaca, Jorge de Albuquerque, de ir à China com fins comerciais.⁸ Perestrelo foi a Cantão, regressando a Malaca, entre Agosto e Setembro de 1516, com os navios carregados de mercadorias lucrativas. Trazia notícias de que os chineses eram pacíficos e pretendiam a paz e a amizade com os portugueses,⁹ razão por que D. Manuel I decidiu enviar uma embaixada à corte chinesa, cabendo a Lopo Soares de Albergaria, Governador da Índia, a escolha do embaixador.¹⁰

A EMBAIXADA DE TOMÉ PIRES

A 7 de Abril de 1515 saiu de Lisboa o capitão-mor Fernão Peres de Andrade, com 17 navios, com



Fig. 1: Localização de Tamão (Ilha de Lintin). Pedro Marquês de Sousa, *Revista Militar* 2631, Abril de 2021. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1547>

a missão de levar um embaixador português à China, sendo portador de uma carta do Rei de Portugal, manifestando amizade e desejo de estabelecer relações comerciais. Foi nomeado Tomé Pires, como embaixador dessa missão, saindo de Cochim uma armada de oito navios que chegou à Ilha chinesa de Lintin (Tamão), a 15 de Agosto de 1517,¹¹ e a Cantão, em finais de Setembro.¹² Os portugueses foram autorizados a desembarcar apenas para fazer comércio, aproveitando Fernão Peres de Andrade para vender o seu carregamento de pimenta, e, em troca, adquirir produtos locais.¹³ Wu Zhiliang transcreve-nos a fonte chinesa que assinalou a presença portuguesa na China:

No 12.º ano do Reinado de Zhengde (1517), alguns estrangeiros de Folangji entraram

sem aviso no Distrito de Dongguan. Wu Tingju, o Bu-zheng-shi (Comissário para os Assuntos de Administração de então) decretou a autorização da recepção de tributos e viabilizou a comunicação à Corte, o que constituiu uma culpa por não ter consultado as leis vigentes.¹⁴

Os mandarins dos Ming desconheciam não só a existência de Portugal (*Folangji*), como também não conseguiram localizá-los nos seus arquivos.

Tomé Pires aguardou em Cantão a partida para Pequim, onde chegou em Fevereiro de 1521. Era portador de três cartas: uma do Governador de Guangdong, outra de Fernão Peres de Andrade, e a última do Rei de Portugal.¹⁵ Aberta e traduzida a

HISTORIOGRAPHY

carta do monarca português, o Imperador Zhengde verificou que D. Manuel não se considerava nem apresentava Portugal como vassalo da China, pelo que se recusou a receber oficialmente a missão portuguesa. Entretanto, chegaram à Corte Ming notícias sobre a tomada de Malaca pelos portugueses, um reino tributário da China, que os portugueses levantaram ilegalmente uma fortaleza em Tamão, e que Simão de Andrade, irmão de Fernão Peres de Andrade, recusou pagar direitos.¹⁶

Wu Zhiliang transcreve-nos a opinião dos conselheiros do Imperador sobre a missão de Tomé Pires:

No 15.º ano (1520), Qiu Taolong diz ao Imperador: “Não podemos aceitar de maneira nenhuma o pedido tributário de Folangji¹⁷ e a concessão de títulos a seu favor, visto que se trata de um pedido baseado em lucros comerciais e formulado por um país que invadiu Malaca, nosso reino vassalo sob protecção imperial. Daí, convém expulsar os seus mensageiros, [...] mandar-lhes retirar-se de Malaca [...] e comunicar, [...] a todos os reinos vassalos no sentido de denunciar os crimes por eles cometidos e fazer a justiça”.

Por sua vez, o conselheiro imperial He Ao, disse:

O Folangji, [...] Mandou em 1518, alguns navios de grande dimensão e entraram em Cantão sem prévia autorização, atirando disparos que faziam tremer a terra. Enquanto os que ficaram na pousada movimentavam-se contra as regras de permanência, os que foram autorizados a entrar na cidade faziam perturbações. Se lhes autorizar a liberdade de comércio, serão inevitáveis os conflitos [...] e incontroláveis as catástrofes no Sul [...].

Por sua vez, Wu Tingju, o encarregado dos assuntos administrativos, afirmou que:

A pretexto da falta de tributos a pagar ao Imperador, tolerava a vinda (dos navios estrangeiros) fora dos prazos fixados, disponibilizando a recepção a todo o momento das respectivas mercadorias, o que faz os navios estrangeiros encherem o porto e a capital da província [Guangdong] [...]. A entrada bruta e inesperada dos navios de Folangji devia-se, portanto, à nossa negligência na defesa e ao conhecimento das rotas navais chinesas por parte dos estrangeiros. Tomo a liberdade de solicitar que se digno mandar expulsar os navios estrangeiros do porto e os estrangeiros de permanência ilegal, decretar a proibição do comércio privado (com os estrangeiros) e reforçar a defesa a fim de proporcionar a paz e segurança àquela cidade.¹⁸

Com o falecimento do Imperador Zhengde (1506–1521), a embaixada de Tomé Pires foi convidada a deixar Pequim, retirando-se para Cantão, onde chegou a 22 de Setembro de 1521, onde as autoridades locais tinham ordens para os prenderem. Assim aconteceu com Tomé Pires, Vasco Calvo e António de Almeida, que morreram no cativeiro.¹⁹

Em síntese, o fracasso da embaixada de Tomé Pires deveu-se ao facto de Portugal não ser um país tributário da China; dos portugueses terem tomado Malaca, reino tributário dos chineses; e à conduta violenta lusa na Ilha de Tamão. A morte de Zhengde, em 1521, e a convulsão política que se seguiu, ditou a rejeição formal da embaixada, a sua expulsão da capital e o encarceramento de Tomé Pires e os seus companheiros.²⁰

Com a subida ao trono português de D. João III (1521–1557), as relações com a China deixaram de ser prioritárias, ficando esse comércio entregue aos privados.

HISTORIOGRAFIA

A TESE DE RUTE SARAIVA E A PRESENÇA DOS PORTUGUESES EM MACAU

Os fracassos anteriores não impediram que os portugueses frequentassem os portos da China, de 1522 a 1554. De facto, comerciantes lusos mudaram-se para as costas de Fujian e Zhejiang, praticando um comércio clandestino com chineses particulares, ou mesmo associando-se a piratas chineses e japoneses.

Os portugueses regressaram a Sanchoão e Lampacao, quando Zhu Wan, com jurisdição militar no litoral de Zhejiang e Fujian, ordenou a destruição dos entrepostos de Wuyu e Yueguang, de Fujian, e Shuangyu, de Ningpo (Liampó). No entanto, a morte de Zhu Wan deixou os portugueses descansados, que iniciaram as viagens marítimas na costa chinesa.²¹

A tese de Rute Saraiva baseia-se na existência de um debate, cerca de 1530, entre os interesses locais, representados pelas províncias chinesas interessadas no comércio com o exterior, destacando-se Cantão, e a posição oficial do governo central, de manter fechados ao exterior os portos da China.²² Aos primeiros apelidou-os de *abolicionistas*, e aos segundos de *proibicionistas*.

Ambos receavam os distúrbios que os portugueses pudessem provocar na costa chinesa, divergindo, no entanto, quanto ao valor do comércio marítimo. Os *abolicionistas* defendiam um comércio regulado aberto aos estrangeiros, vantajoso economicamente para as províncias marítimas, mas que beneficiava também o poder central, pelas receitas alfandegárias e tributos gerados, para além de produtos importantes, como o âmbar cinzento. Por outro lado, os *proibicionistas* apoiavam a posição da administração central, visando a manutenção da segurança no litoral.

Recorde-se de que a expulsão dos portugueses da região de Cantão provocou uma grave crise económica, dificultando a própria defesa da cidade, pela ausência de receitas provenientes das taxas alfandegárias e do comércio. Perante a hesitação das autoridades centrais chinesas surgiu uma posição conciliadora, que o Governo de Cantão pôs rapidamente em prática. Era

preciso encontrar um local próximo de Cantão, onde o comércio com os estrangeiros pudesse ser controlado e feito em segurança. Caso esse comércio fosse legítimo e rentável levariam os estrangeiros e dissidentes chineses a abandonarem o seu comércio ilegal e arriscado.²³ É neste contexto que se entende o acordo luso-chinês entre Leonel de Sousa e o Aitao de Cantão, em 1554, que permitiu a fixação dos portugueses em Macau.

Em 1530, o porto de Cantão abriu-se aos estrangeiros, mas não aos portugueses, por se recusarem a pagar direitos aduaneiros às autoridades chinesas.²⁴ Cerca de 19 anos depois a situação não se alterara, continuando os portugueses a praticarem o seu comércio clandestino, tentando furtar-se à vigilância das autoridades chinesas. Segundo Frei Gaspar da Cruz, no seu *Tratado das Cousas da China*:

*1549 foi [de] mais rigoroso resguardo na costa pelos capitães de armada, e maior vigilância nos portos e entradas da China, de maneira que nem fazendas, nem mantimentos vinham aos portugueses: mas por mais resguardo e vigia que houve, como as ilhas ao longo da terra sejam muitas, [...] não puderam as armadas [chinesas] ter tanta vigilância e resguardo, que não viessem algumas fazendas escondidas aos portugueses.*²⁵

Entretanto, os portugueses mantiveram relações comerciais ao longo da costa, devido ao florescimento das transacções com o Japão, ambicionando ter um ponto de apoio na costa chinesa, com fácil acesso ao mar e ao interior. Ora Haoching (Macau) era a melhor solução para portugueses e chineses. Situada na margem oeste do Rio das Pérolas, tem acesso ao mar por três lados, e está próximo de Cantão, ligando-se por via terrestre ao distrito de Hsiangshan, por um estreito istmo.

A sua posição estratégica permitia às autoridades chinesas controlarem os portugueses, através dos seus funcionários administrativos, e da fronteira da

Porta do Cerco.²⁶ Com a abertura da rota comercial Goa–Malaca–Japão, passou a ser importante para os portugueses terem um ponto de apoio na costa chinesa, não só devido ao regime de monções, mas também para terem acesso às Feiras de Cantão, onde se abasteciam de seda e de porcelanas chinesas muito apreciadas pelos japoneses. Estes pagavam as mercadorias em prata, de que a China precisava.

Isto levou os portugueses a regressarem a Liampó e Zhangzhou, que registou um grande impulso. Impunha-se, no entanto, encontrar uma solução permanente, boa para os portugueses sem comprometerem as autoridades provinciais chinesas.²⁷

O ASSENTAMENTO DOS PORTUGUESES EM MACAU

É no contexto do corte de relações entre a China e o Japão, cerca de 1523, devido à pirataria *wokou*, que os portugueses apareceram como intermediários entre os dois Estados. Leonel de Sousa, capitão da viagem do Japão, chegou à costa de Guangdong em 1552, onde foi informado que os estrangeiros podiam fazer comércio, desde que pagassem os impostos, mas não os *Folangji* (portugueses).

Leonel de Sousa, após longas e demoradas negociações com as autoridades de Cantão, logrou obter um acordo não escrito, em 1554, conhecido por carta que aquele enviou de Cochim ao Infante D. Luís, irmão de D. João III, em 15 de Janeiro de 1556, que o destinatário não leu por ter falecido em 27 de Novembro de 1555.²⁸ Dizia ela que:

Como achey a terra desta maneira e com o avizo que tive pus logo o mylhor requado [recado], e goarda que pude nos Navios, e portuguezes que estavam comygo, que nam alevantassem a terra [...]; e aprouue [aprove] a Nosso Senhor que me mandaram cômeter paz, e que assantase [assentasse] direitos como estavam em custume aseytey [aceitei] este requado cõ conselho de todos, [...].

Esta paz, e direitos mandou cometer ho Aytão da Cidade, e Reyno de Cãtaõ [Cantão], que he [é] officio e Denydade [Dignidade] grande e Estado como Almyrante do Mar, que provê em todolos negocios dos Portos de Mar asy na fazenda como Armadas, [...] da qual paz não fiz com elle pauta nem assanto [assento] pelo nã[o] levar por Regimento, e que aviamos de pagar a vinte por cento, como hera custume, [...] nos quaes Direitos a vymte por cento, nam consenty em mays que ha dez por cento ao que me respondeo que elle os nã[o] podia abaxar [baixar], porque eram Direitos Reaes [...] e que por então nam pagassemos mais Direitos aos vinte por cento que dametade das fazendas que levavamos, e asy fyquariam [ficariam] aos dez por cento que dezia, e que me pedia que mandase fazer bom gasalhado dos Mandarys, [...] que malembrava que por hua descortezia que fizerão os primeiros portuguezes a hum Mâdarim os nã[o] consentio ElRey mais na China, e pois minha ventura fora tão boa que se nã[o] perdesse [...].

Desta maneira fiz paz; e os negocios na China com que todos fizeram suas fazendas, e proveitos seguramente foram muytos portuguezes á Cidadde de Camta [Cantão] e outros lugares por onde andaram folgando algũs dias, e negociando suas fazendas á sua vontade sem receberem agravo, nem pagarem mais Direitos dos que atras digo [...].²⁹

Isto é, Leonel de Sousa, capitão da viagem do Japão, fundeou em Sanchoão por não lhe merecer confiança fazê-lo em Lampacao. Nas negociações com o Aitao de Cantão, Leonel de Sousa afirmou não poder pagar vinte por cento de direitos pelas mercadorias que trazia, propondo dez por cento. Respondeu-lhe o Aitao que não podia alterar a pauta alfandegária feita pelo Imperador chinês, propondo-lhe que pagasse vinte por

HISTORIOGRAFIA

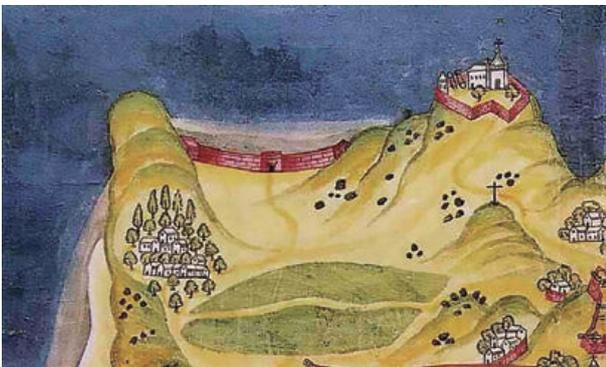


Fig. 2: Planta de Macau (Séc. XVII) de Pedro Barreto de Resende. Isabel Cid, *Macau e o Oriente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Séculos XVI a XIX)* (Macau: Instituto Cultural de Macau; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1996), 31.

cento sobre metade das mercadorias, correspondente aos dez por cento proposto por Leonel de Sousa, o que foi aceite. E assim se fez o acordo 'sem pauta nem assento', porque Leonel de Sousa não trazia regimento do Rei português. Estávamos em 1554.

OS PRIMEIROS TEMPOS DE MACAU

As fontes coevas não permitem afirmar que foi na sequência de um pedido de ajuda das autoridades de Cantão aos portugueses, para combaterem os piratas, que, como recompensa, Macau foi doado aos portugueses. Essa tese baseia-se numa informação do Leal Senado de 1783, inscrita no seu *Livro de Actas*, na *Instrução que o Senado da Câmara de Macau oferece ao Exmo. e Rev. Sr. D. Alexandre de Gouveia, Bispo de Pekim*, do teor seguinte:

Socedeo neste tempo levantar-se nos Mares da China um pequeno Chinceo [Chincheu] por nome Sam Chislão, o que com a continuação das suas piratagens foi crescendo em cabedaes e em tal extremo que se fez senhor dos Mares e de hua [uma] formidável e temida Armada, com a qual roubava, e queimava todas as embarcações que encontrava, [...] [tendo] investido com a Cidade de Cantão que duas vezes saqueou.

Vendosse os chinas tiranizados e perseguidos deste Pirata nos considerão para os ajudar a dar cabo delle [...] e para este efeito sabimos do Porto de Samchão [Sanchoão] adonde formamos a nova Armada [...] em que embarcarão hu Numero grande de Portuguezes, e outros Christãos que verão [vieram] de Mallaca, além de muitos Malayos Païanes q. nos acompanharão nesta occasião e pondossi [pondo-se] em execução esta deligencia felismente se conseguiu no anno de 1556 com morte do mesmo Pirata e destroço da sua Armada.

Em reconhecimento de segura Navegação em que ficou a terra e mares da China pelo destroço deste levantado, e a requerimento dos Mandarins e mercadores de Cantão se concedeo o Imperador Cachem no anno de 1557 este porto de Macao para nelle nos estabelecemos firmes e perpetuamente seguros, e isto san penção [pensão], foro ou tributo além de muitos privilégios graças e izençoens que [...] nos conferio como consta da chapa de ouro que o dito Imperador nos remeteo da qual se acha cópia no tribunal de Cantão esculpido em pedra que os Tartaros depois que conquistarão a Chinna mandarão conservar anno de 1649.³⁰

A chapa com estas inscrições nunca foi encontrada. Se o território fosse concedido aos portugueses não fazia sentido pagar-se o 'foro do chão' de 500 taéis de prata, imposição que se manteve até 1849, durante as Guerras do Ópio.³¹ O Padre Teixeira³² rejeitou esta tese, e Wu Zhiliang,³³ utilizando fontes chinesas, também a desmente.

Segundo os registos chineses, em 1553 chegaram a Macau navios estrangeiros, alegando terem sido apanhados por uma tempestade que molhara os produtos que traziam como tributo, pedindo licença para secá-los na sua costa. O Aitao Wang Po acedeu,

HISTORIOGRAPHY

mas os *Folangji* e outros estrangeiros viriam a construir aí cabanas, iniciando assim a sua instalação em Macau.³⁴ Segundo Wu Zhiliang, o motivo da mudança dos portugueses de Lampacao para Macau foi explicado pelo oficial Pang Shangpeng, na sua *Descrição Sucinta da Segurança Marítima de Macau*, datada do 43.º ano do Reinado de Jiajing (1564), do modo seguinte:

*Nos anos anteriores, os barcos ancoravam na Ilha de Langbaiao (Lampacao), separada por uma grande distância de águas, em condições que muito dificultavam a permanência dos mercadores, razão pela qual o mandarim encarregado da defesa de Macau autorizou a construção de barracas provisórias, que eram desmontadas quando os barcos voltavam a fazer-se ao mar. Só nos últimos anos, começaram a entrar na baía de Macau para ali construir casas, tendo erguido centenas [...] em apenas pouco mais de um ano, e hoje o número de casas construídas já ultrapassou mil. Todos os dias estão em contacto com os chineses, obtendo bons lucros, de modo que pessoas vindas de todos os lados do país acorrem a Macau, [...]. Hoje o número dos estrangeiros já ultrapassou dez mil...*³⁵

Esta fonte é corroborada pelo padre espanhol, Gregorio Gonzalez, cerca de 1570, que se manteve em Macau por essa altura. Segundo Barreto,³⁶ os portugueses passaram a frequentar regularmente o porto de Haojing (Macau), entre 1535 e 1555, no âmbito das relações mercantis privadas e semi-oficiais da Ásia do Sueste. Os mercadores portugueses permaneciam a bordo dos barcos, mas em 1553 foi-lhes permitido erguer em Macau cabanas de colmo para pernoitarem em terra, enquanto reparavam os barcos e secavam as mercadorias, demolindo-as quando partissem. Regressaram em 1554 e tiveram permissão de fazer trato no porto, e levantar cabanas

provisórias, coincidente com as monções. Depois deviam abandonar a península, levando as mercadorias para Malaca.³⁷

A primeira fonte ocidental que nos informa da presença portuguesa em Amaquao (Macau) é Fernão Mendes Pinto, em carta, de 20 de Novembro de 1555, dirigida ao Reitor do Colégio de Goa — Padre Baltazar Dias, da Companhia de Jesus, de que transcrevo a seguinte passagem:

*[...] Por o tempo me não dar lugar lhe não escrevo tam largo como desejava p.a [para] lhe dar conta de toda a nossa viagem e o socedido, della e o quanto trabalho temos passado depois que de V. R. nos apartamos. Mas p. q. oje [porque hoje] cheguei de lampacau, que he o porto onde estávamos, a este amaquao que dista outras seis leguas mais duante [adiante] onde achei o p.e m.e belchior [Padre mestre Belchior] q. de cantão aqui veo ter auia [havia] vinte e cinco dias a resquatar [resgatar] Matheus de Brito [...].*³⁸

Há quem afirme ser erro do copista quando escreveu ‘Amaquao’ por ‘Lampacao’, mas a carta de Fernão Mendes Pinto é clara:

Amaquao, distante seis léguas de Lampacao que é o porto onde estamos [...].

A data mais aceite pela historiografia lusa, do estabelecimento da feitoria portuguesa em Macau, é 1557. Wu Zhiliang, citando o historiador chinês, Dai Yixuan, que pesquisou fontes chinesas e ocidentais afirma serem ambas as datas correctas. A data referenciada pelos registos dos funcionários locais chineses, o 32.º ano do Reinado de Jiajing (1553), refere-se ao ano da entrada dos portugueses em Macau, e 1557, apontada pelas fontes portuguesas, corresponde ao da construção das casas de madeira e de pedra em Macau.³⁹

HISTORIOGRAFIA

Segundo Chang Tien Tse, ao comentar a mudança dos Serviços de Administração de Navios Mercantis para Macau no 14.º ano do Reinado de Jiajing (1535), afirma que esse facto se deveu à tentativa do Governo de Cantão de encontrar um novo local para o comércio externo, proibindo os estrangeiros de irem a Cantão, evitando, assim, qualquer distúrbio para a região do Sul da China.⁴⁰

Os mercadores portugueses instalados em Macau passaram a fazer tranquilamente o seu comércio com os chineses, indo semestralmente às feiras de Cantão adquirir a seda crua, cerâmica e outros produtos, pagando com barras de prata trazidas do Japão.

Se, inicialmente, os portugueses de Macau gozavam de uma certa autonomia, o facto dos estrangeiros frequentarem esse porto para fazer comércio causou a desconfiança chinesa. Wu Zhiliang citando Ye Quan, um letrado chinês, que visitou Macau em 1565, autor da *Crónica de Viagem de Lingnan*, afirmou que:

[...] o que se verifica hoje em Macau é a reunião de milhares de estrangeiros, que fazem os chineses tornarem-se em criados. Os soldados imperiais acreditados em Macau e os funcionários alfandegários chineses não tinham capacidade suficiente para os controlar senão de tentar apenas tranquilizar, com promessas vagas, o ânimo dos estrangeiros para não se revoltarem. Os estrangeiros que frequentam as feiras marítimas, [...] em vez de se irem embora ao terminar as feiras, deixavam os seus navios e instalavam-se na terra em casas construídas [...].⁴¹

A carta do padre espanhol, Gregorio Gonzalez, escrita a D. Juan de Borja, embaixador espanhol em Lisboa, é um testemunho valioso para a datação do assentamento dos portugueses em Macau. Diz-nos que:

Eu há vinte anos que estou na Índia de Portugal, e tantos há que fui enviado ao reino da China, pelas muitas guerras que há muitos anos que em tal reino há com portugueses, apesar das quais sempre fizeram seus negócios, até ao ano de cinquenta e três [1553]. E neste tempo vieram notícias à Índia que queriam os chineses fazer pazes com os portugueses, como de facto se fizeram.

E com esta notícia fui para lá enviado, e permaneci na terra no primeiro ano com sete cristãos, onde me cativaram a mim e aos demais até à vinda dos navios no ano seguinte. E no segundo ano [...] permaneci na terra, onde tinha edificado uma igreja de palha. E logo que se vieram os navios para a Índia e para outros reinos, me tornei a deixar ficar na terra com 75 cristãos, onde todos fomos outra vez cativos, sendo derramados por diversas partes, sem saber uns dos outros, gritando os chins comigo, porque me deixava ficar na terra, [...]. E detiveram-nos até ao ano seguinte, [...] [altura em] que chegaram os navios e fomos todos soltos e juntos, e tornei a fazer [uma] igreja, e os portugueses casas donde fiquei conhecido deles [chineses] daí em diante pacificamente.

[...] [e] donde vim a fazer, no decurso do tempo, que foram doze anos, uma povoação muito grande na ponta da terra firme que se chama Macau, com três igrejas e um hospital de pobres e casa da Misericórdia, que agora é uma povoação que passa de cinco mil almas cristãs. Da qual povoação e trato vem agora à Índia o principal sustento do seu Estado, pelas muitas riquezas que de tal reino a ela e a suas alfândegas vêm.⁴²

Isto é, o Padre Gregorio Gonzalez afirma ter vindo para Macau em 1553, permitindo as

autoridades de Cantão a presença dos portugueses apenas pelo tempo de fazerem os seus negócios. No entanto, ele continuou em Macau, pelo que foi detido, voltando a ser solto quando, no ano seguinte, os navios portugueses regressaram. Só quando foi permitida a estadia permanente em Macau, onde esteve doze anos (1569) é que o deixaram em paz. Refere a existência de três igrejas, um hospital dos pobres e a Misericórdia de Macau. Ora, estas duas últimas instituições foram criadas por D. Melchior Carneiro, em 1569.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a chegada de Jorge Álvares à foz do Rio das Pérolas, em 1513, até cerca de 1520, o relacionamento luso-chinês foi positivo, deteriorando-se depois. Com a subida ao trono de D. João III a coroa portuguesa desinteressou-se do comércio chinês, ficando este nas mãos dos privados. Era um comércio ilegal, pelo facto do Império do Meio se ter fechado ao comércio estrangeiro, contra o interesse das províncias marítimas, como Cantão.

Os interesses antagónicos entre a administração central e as províncias marítimas chinesas, levou Rute Saraiva a formular a sua tese. Segundo esta autora, por volta de 1530, abriu-se um debate entre *abolicionistas* e *proibicionistas*, os primeiros adeptos de um comércio com o exterior, embora regulado, e os segundos pela proibição total. Perante a indecisão da administração central, Cantão, interessada no trato marítimo, criou as condições para o restabelecimento de um comércio externo, embora regulado, permitindo o acordo verbal luso-chinês de 1554, entre Leonel de Sousa e o Aitao

de Cantão. Esse acordo possibilitou o assentamento permanente dos portugueses em Macau, em 1557, a que Thomaz⁴³ chamou de ‘República Mercantil de Macau’. É, numa palavra a ‘Fórmula Macau’, do Professor Kai Cheong Fok.⁴⁴

A presença portuguesa em Macau gozou de uma certa autonomia, mas por volta de 1573, os chineses introduziram o ‘foro do chão’ e levantaram a ‘porta do limite ou do cerco’, na parte mais estreita da península, que lhes permitiu vigiarem os portugueses.

A presença permanente de uma comunidade de mercadores portugueses em Macau exigiu a criação de uma instituição que garantisse um enquadramento político-administrativo dos seus moradores. Assim, em 1582, uma assembleia de moradores convocada por Melchior Carneiro criou o Senado da Câmara.

Com a primeira vereação do Senado foi criada a Procuratura, em 1583, como órgão de intermediação com as autoridades chinesas, transformada posteriormente em tribunal. O Procurador, tinha funções de juiz nos pleitos entre cristãos e chineses, enquanto um mandarim, residente no território, dirimia os conflitos da comunidade chinesa local.⁴⁵ Em 1595, o Imperador Wanli (1573–1620) aprovou também o regime municipal, dando ao Procurador do Senado o grau de mandarim de segunda classe, com jurisdição sumária sobre os chineses de Macau.

Conclui, finalmente, que a solução encontrada pelas autoridades de Cantão para acantonar e controlar os portugueses em Macau, foi positiva e durou até 20 de Dezembro de 1999. **RC**

NOTAS

1 Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama: O Homem, a Viagem, a Época* (Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1997), 214, <http://hdl.handle.net/10216/20463>.
2 Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, tomo 1, *Do Sonho do “Catayo” à Realidade da “Chyna”, 1498-1557* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996), 36.

3 M. C. Ricklefs, *A History of Modern Indonesia since c.1300*, 2.^a ed. (Londres: Macmillan, 1993), 23–24.

4 João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) — Do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino,” em *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês: Séculos XVI-XIX* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1996), 16–17.

HISTORIOGRAFIA

- 5 Pedro Marquês de Sousa, “O Conflito entre a China e Portugal (1521-1522). A Importância da Artilharia,” *Revista Militar*, acessido em 17 de Maio de 2023, <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1547>.
- 6 Luís Filipe Barreto, “Portugal – China: Padrões de Um Relacionamento Multissecular,” *Revista Militar*, acessido em 17 de Maio de 2023, <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1285>.
- 7 Siyuan Ma, “Um Olhar Português sobre a China. As Relações Luso-Chinesas nas Obras de Alguns Autores Portugueses” (dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, 2015), 17, <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14618/1/Tese.pdf>.
- 8 Cf. Isaú Santos, “As Relações Luso-Chinesas através de Macau nos Séculos XVI e XVII,” *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), n.º 7–8 (1989): 3–14, <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30007/1506#LAB3000700020001>.
- 9 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 3.ª ed., vol. IV (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928), 6, citado em Zhiliang Wu, “O Encontro Luso-Chinês em Macau,” *Administração* 9, n.º 3 (Setembro 1996): 664.
- 10 Paulo Sousa Pinto, “A Oriente de Malaca a China Ming e a Estratégia Global de Afonso de Albuquerque,” em *Memórias 2015* (Lisboa: Academia de Marinha, 2016), 254, https://run.unl.pt/bitstream/10362/28820/1/2016_A_Oriente_de_Malaca.pdf.
- 11 Rodrigo José de Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1868), 10, <https://purl.pt/26821>.
- 12 Ma, “Um Olhar Português,” 17.
- 13 K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia: Do Século XV aos Nossos Dias*, 3.ª ed. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), 72. K. M. Panikkar escreveu uma história das relações da Europa com os países da Ásia, com início em 1498, com a chegada de Vasco da Gama à Índia, até a retirada dos britânicos da Índia em 1947 e da China em 1949.
- 14 Yanwu Gu, *Estudos sobre as Vantagens e Desvantagens de Todos os Países do Mundo*, vol. 130, citado em Wu, “Encontro,” 666.
- 15 Wu, “Encontro,” 666.
- 16 Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, *Cartas dos Cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*, com introdução de Rui Manuel Loureiro (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992), 28–29.
- 17 Folangji 佛郎機, nome dados aos portugueses pelos árabes desde as Cruzadas, e adoptado pelos chineses.
- 18 *Anais Ming: Crónicas de Folangji*, citado em Wu, “Encontro,” 667.
- 19 Guo Ping Jin e Zhiliang Wu, “Uma Embaixada com Dois Embaixadores — Novos Dados Orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan,” *Administração* 16, n.º 2 (Junho 2003): 685–715.
- 20 José Alberto da Silva Almada e Alves Guimarães, “A Evolução da Diplomacia Luso-Chinesa: Pragmatismo, Influência e Soberania sobre Macau” (dissertação de mestrado, Universidade do Minho, 2014), 30, [http://repositorium.s dum.uminho.pt/bitstream/1822/32174/3/Jos% c3%a9%20 Alberto%20da%20Silva%20Almada%20e%20Alves%20 Guimar% c3%a3es.pdf](http://repositorium.s dum.uminho.pt/bitstream/1822/32174/3/Jos%c3%a9%20Alberto%20da%20Silva%20Almada%20e%20Alves%20Guimar%c3%a3es.pdf).
- 21 Wu, “Encontro,” 669–670.
- 22 Rute Saraiva, “Ventos de Este, Ventos de Oeste: A ‘Questão de Macau’ nas Relações Luso-Chinesas” (Revisão e actualização de um relatório de mestrado, Universidade de Lisboa, 2004), 9, <https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Saraiva-Rute-Ventos-de-Este-Ventos-de-Oeste.-A-Questao-de-Macau-nas-relacoes-luso-chinesas.pdf>.
- 23 Saraiva, “Ventos de Este,” 8–11.
- 24 Imprensa Nacional – Casa da Moeda, *Enformação das Cousas da China: Textos do Século XVI*, com introdução de Raffaella D’Intino (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989), 60, nota 5, <https://purl.pt/26862>. Carta escrita pelo Padre Francisco Xavier S. J., com base possivelmente em informações de um mercador de Sanchoão. Texto transcrito por Adelino Moreira Calado, em *Separata do Boletim da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV (1957), 113 e ss.
- 25 Gaspar da Cruz, *Tratado Em Que, Se Contam Muito por Extenso as Cousas da China com Suas Particularidades e assim do Reino de Ormuz* (Macau: Museu Marítimo de Macau, 1996), 131, <https://purl.pt/26733>.
- 26 Saraiva, “Ventos de Este,” 10.
- 27 Ma, “Um Olhar Português,” 18.
- 28 A carta de Leonel de Sousa foi retirada de uma antologia com o título “O Primeiro Acordo Luso-Chinês: Realizado por Leonel de Sousa em 1554,” *Revista de Cultura* (Edição Portuguesa), n.º 1 (1987): 114 e ss., disponível em <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30001/1375>, onde refere que foi reproduzido por J. M. Braga.
- 29 Os conteúdos entre aspas são da responsabilidade do autor.
- 30 Lourenço Maria da Conceição, *Macau entre Dois Tratados com a China: 1862–1887* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988), 8–9.
- 31 David Filipe Loureiro Branco, “Portugal e Macau: Que Chão Há?” (dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2019), 6, <http://hdl.handle.net/10362/65410>.
- 32 Manuel Teixeira, *Primórdios de Macau* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990), 11.
- 33 Wu, “Encontro,” 665–667.
- 34 Jordão de Freitas, *Macau: Materiais para a Sua História no Século XVI* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988). Este estudo foi originalmente publicado no *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VIII, n.º 5–7 (1910), e posteriormente na revista *Mosaico*, vol. 11, n.º 59–61, (s.l.: Círculo Cultural de Macau, 1951), com prefácio do editor, António Nolasco da Silva.
- 35 Guangren Yin 印光任 and Rulin Zhang 張汝霖, *Monografia de Macau 澳門記略*, ed. Chunchen Zhao 趙春晨 (Guangzhou: Guangdong gaodengjiaoyu chubanshe, 1988), 20–21, citado em Wu, “Encontro,” 672–673.
- 36 Luís Filipe Barreto, “Macau: Fronteira Intercultural no Período Ming,” *Clio, Nova Série* 6 (2002): 123.
- 37 José Simões Morais, “Leonel de Sousa e o Tratado de 1554,”

- Hoje Macau*, 9 de Setembro de 2019, <https://hojemacau.com.mo/2019/09/09/leonel-de-sousa-e-o-tratado-de-1554/>.
- 38 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 1, *Séculos XVI, XVII, XVIII*, 3.ª ed. (Macau: Livros do Oriente, 2015), 50. Refere que a carta de Fernão Mendes Pinto, escrita em Macau, a 20 de Novembro de 1555, ao Padre Baltasar Dias, Reitor do Colégio de Goa, foi o primeiro documento conhecido em que surge o nome de Macau, sob a designação de Amaquao ou Ama Cuao. A crítica afirma tratar-se de erro do copista, ao escrever Macau em vez de Lampacau.
- 39 Wu, “Encontro,” 673.
- 40 Wu, “Encontro,” 676.
- 41 Wu, “Encontro,” 674.
- 42 Este padre devia ser franciscano. Os primeiros chegaram à Índia em 1500, com Pedro Álvares Cabral, veja-se Luís Filipe F. R. Thomaz, *A Expansão Portuguesa: Um Prisma de Muitas Faces* (Lisboa: Gradiva, 2021), 144.
- 43 Thomaz, *Expansão Portuguesa*, 143.
- 44 Kai Cheong Fok, “The Macao Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period” (dissertação de doutoramento, Universidade do Havá, 1978). O Professor Fok, pesquisando sistematicamente as fontes chinesas, mostra-nos que a presença portuguesa no litoral chinês foi sempre objecto de vigilância, primeiro pelas autoridades da província de Guangdong, depois de Pequim. Não só consideravam os portugueses como piratas, como houve quem considerasse, a nível do poder político chinês, que a presença portuguesa em Macau era uma ‘úlcer’, um corpo estranho, que devia ser extirpado antes que rebentasse. O Professor Fok constata que, até finais do século XVIII, os portugueses nunca tentaram obter a soberania do território, mas apenas uma autonomia política e administrativa. Na “Macao Formula”, este autor concluiu que o assentamento e a permanência dos portugueses em Macau, teve, como base, não qualquer doação, mas uma política de compromissos.
- 45 José Gabriel Mariano, “A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583-1894),” *O Direito Online* 法, acessado em 18 de Maio de 2023, <https://www.odireitoonline.com/a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html>.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, Luís Filipe. “Portugal – China: Padrões de Um Relacionamento Multissecular.” *Revista Militar*, acessado em 17 de Maio de 2023. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1285>.
- _____. “Macau: Fronteira Intercultural no Período Ming.” *Clio, Nova Série* 6 (2002): 121–142.
- Braga, J. M. *O Primeiro Acordo Luso-Chinês: Realizado por Leonel de Sousa em 1554*. Macau: s.n., 1939.
- Branco, David Filipe Loureiro. “Portugal e Macau: Que Chão Há?” Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2019. <http://hdl.handle.net/10362/65410>.
- Catz, Rebecca. *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- Conceição, Lourenço Maria da. *Macau entre Dois Tratados com a China: 1862–1887*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988.
- Costa, João Paulo Oliveira e. “A Coroa Portuguesa e a China (1508–1531) — Do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino.” Em *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês: Séculos XVI–XIX*, 11–84. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996.
- Cruz, Gaspar da. *Tratado Em Que, Se Contam Muito por Extenso as Cousas da China com Suas Particularidades e assim do Reino de Ormuz*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1996. <https://purl.pt/26733>.
- Felner, Rodrigo José de Lima. *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1868. <https://purl.pt/26821>.
- Fonseca, Luís Adão da. *Vasco da Gama: O Homem, a Viagem, a Época*. Lisboa: Commissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1997. <http://hdl.handle.net/10216/20463>.
- Freire, António de Abreu. “Portugal–Oriente: Momentos de Intercâmbio.” Em *De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas*, 323–340. Porto: Universidade do Porto, 2017. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15981.pdf>.
- Freitas, Jordão de. *Macau: Materiais para a Sua História no Século XVI*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988.
- Guimarães, José Alberto da Silva Almada e Alves. “A Evolução da Diplomacia Luso-Chinesa: Pragmatismo, Influência e Soberania sobre Macau.” Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, 2014. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32174/3/Jos%20e%20Alves%20Guimar%20c3%a3es.pdf>.
- Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Enformação das Cousas da China: Textos do Século XVI*. Com introdução de Raffaella D’Intino. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. <https://purl.pt/26862>.
- Jin, Guo Ping, e Zhiliang Wu. “Uma Embaixada com Dois Embaixadores — Novos Dados Orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan.” *Administração* 16, n.º 2 (Junho 2003): 685–715.
- Ma, Siyuan. “Um Olhar Português sobre a China. As Relações Luso-Chinesas nas Obras de Alguns Autores Portugueses.” Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, 2015. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14618/1/Tese.pdf>.
- Mariano, José Gabriel. “A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583–

HISTORIOGRAFIA

- 1894).” *O Direito Online* 法, acessido em 18 de Maio de 2023. <https://www.odireitoonline.com/a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html>.
- Mesquitela, Gonçalo. *História de Macau*. Vol. 1, tomo 1, Do Sonho do “Catayo” à Realidade da “Chyna”, 1498-1557. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996.
- Morais, José Simões. “Leonel de Sousa e o Tratado de 1554.” *Hoje Macau*, 9 de Setembro de 2019. <https://hojemacau.com.mo/2019/09/09/leonel-de-sousa-e-o-tratado-de-1554/>.
- Ng, Sio Yu. “A Administração de Macau ao longo da Sua História.” *Administração* 9, n.º 4 (Dezembro 1996): 1015–1028.
- Oliveira, Fernando Correia de. *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*. Lisboa: Editora Público; Fundação Oriente, 1998.
- Pinto, Paulo Sousa. “A Oriente de Malaca a China Ming e a Estratégia Global de Afonso de Albuquerque.” Em *Memórias 2015*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016. https://run.unl.pt/bitstream/10362/28820/1/2016_A_Oriente_de_Malaca.pdf.
- Ricklefs, M. C. *A History of Modern Indonesia since c.1300*. 2.ª edição. Londres: Macmillan, 1993.
- Saraiva, Margarida, e Tiago Quadros. “O Leal Senado de Macau (1784-1874).” *Revista Macau*, acessido em 18 de Maio de 2023. <https://www.revistamacau.com.mo/2013/12/15/o-leal-senado-de-macau-1784-1874/>.
- Saraiva, Rute. “Ventos de Este, Ventos de Oeste: A ‘Questão de Macau’ nas Relações Luso-Chinesas.” Revisão e actualização de um relatório de mestrado, Universidade de Lisboa, 2004. <https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Saraiva-Rute-Ventos-de-Este-Ventos-de-Oeste.-A-Questao-de-Macau-nas-relacoes-luso-chinesas.pdf>.
- Silva, Beatriz Basto da. *Cronologia da História de Macau*. 3.ª edição. Vol. 1, Séculos XVI, XVII, XVIII. Macau: Livros do Oriente, 2015.
- Teixeira, Manuel. *Primórdios de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1990.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. *A Expansão Portuguesa: Um Prisma de Muitas Faces*. Lisboa: Gradiva, 2021.
- Wu, Zhiliang. “O Encontro Luso-Chinês em Macau.” *Administração* 9, n.º 3 (Setembro 1996): 655–683.





Camões na gruta de Macau, pintura a óleo sobre tela do pintor português Francisco Augusto Metrass realizada em 1853.